



PGE Informa

Notícias da Procuradoria-Geral do Estado de MS

ABRIL DE 2021

Informativo destinado ao público interno da
Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

Política de Governança

.....

Comitês

.....

Estágio remunerado

.....

Revisão de decretos

.....

PGE em Ação

.....

Eleição da Corregedoria-Geral

.....

Revista da PGE

.....

Minutas-padrão

.....

Descanso prolongado

.....

Conselho Superior

.....

Resultados favoráveis

.....

Conteúdo novo

.....

Mês das mulheres

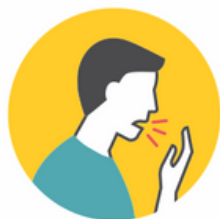


#TODOSCONTRA OCORONAVIRUS

SINTOMAS



FEBRE



TOSSE



CANSAÇO e
DIFICULDADE
PARA RESPIRAR



DOR NA
GARGANTA

Caso tenha algum sintoma, fique em casa e permaneça em isolamento dos demais familiares.

Ligue 136 para orientações.

Caso os sintomas piorem procure uma UBS, Unidade Básica de Saúde.

Mas vá de máscara ou lenço sobre o nariz e boca.



ORIENTAÇÕES À POPULAÇÃO



- Fique em casa
- Atenda às medidas pessoais de higiene para evitar a contaminação.

RECOMENDAÇÕES

- **Sempre utilizar máscara de proteção** quando estiver no ambiente de trabalho.
- **Higienizar as mãos com frequência**, lavando-as com água e sabão.
- **Utilizar, com frequência, álcool em gel.**
- **Utilizar lenços descartáveis para assoar o nariz ou tossir.** Se não tiver um lenço à disposição, cubra a boca e o nariz com o antebraço ao tossir ou espirrar. E lave o braço assim que possível.
- **Higienizar, sempre que possível e de forma regular**, as cadeiras, mesas, aparelhos telefônicos, teclados computadores e outros equipamentos.
- **Evite compartilhamento de materiais** como grampeadores e extratores de grampo, canetas, teclados e mouse de computadores, aparelhos telefônicos, entre outros.
- **Evite aglomerações** ou conversas prolongadas com os colegas de trabalho.
- **Mantenha um distanciamento** mínimo de 1,5m entre as pessoas.
- **Arejar a sala de trabalho** abrindo as janelas com frequência.
- **Reduzir reuniões de equipe em salas fechadas.**

PGE



Mato Grosso do Sul
Procuradoria-Geral
do Estado

GOVERNO
PRESENTE,
RESPONSÁVEL E
TRANSPARENTE



GOVERNO
DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Saiba mais sobre o combate à pandemia em
www.coronavirus.ms.gov.br
DisqueCoronavirus: 3311 6262



Política de Governança

Com uma gestão visionária, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) publicou no [Diário Oficial \(DOE\)](#), resolução que dispõe sobre a Política de Governança Pública no âmbito da instituição. Dessa forma, a PGE de Mato Grosso do Sul passou a ser uma das poucas instituições do Estado e do País a estabelecer esta prática.

Com a nova visão de gestão a PGE conclui que um dos desafios que uma boa governança permite enfrentar é a solução de problemas que afetam as funções da instituição que são necessárias para garantir a eficácia das políticas, quais sejam: comprometimento, coordenação e cooperação.

Para a procuradora-Geral, Fabíola Marquetti Sanches Rahim, “não há como negar que é um marco para a PGE, pois é um avanço institucional. O intuito é sempre melhorar as boas práticas tendo como reflexo o avanço do Estado e da sociedade como fim de um processo evolutivo”, afirmou.



Comitês

Em março a PGE criou dois comitês para melhor gestão da instituição. A constituição de ambos foi publicada no Diário Oficial.

O primeiro foi o Comitê Gestor Colaborativo da Procuradoria-Geral do Estado (CGC-PGE). Órgão colegiado de natureza consultiva, e que tem por finalidade assessorar o gestor da pasta, garantindo que a tomada de decisão e a sua implementação se dê levando-se em consideração os interesses do conjunto das unidades da Procuradoria.

Os integrantes do Comitê trabalharão em prol de objetivos e metas comuns, com o propósito de propor soluções e contribuir para a melhoria da produtividade, garantindo a representação e a legitimidade da tomada de decisão.

Em seguida, foi regulamentado o Comitê de Governança (CG), da instituição que, entre as competências, cabe discutir sobre diretrizes, objetivos e práticas para o atendimento da sua finalidade, identificando pontos críticos e estratégicos de melhoria; apreciar manuais e guias que contenham medidas, mecanismos e práticas voltadas para a implementação dos princípios e diretrizes de Governança Pública; e estimular, de forma estratégica, a inovação e utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação, com o objetivo de melhorar a gestão, a transparência e a prestação de serviços públicos.



Estágio Remunerado

Até o dia 8 de abril de 2021, a PGE/MS estará com inscrições abertas, exclusivamente [via internet](#), para cadastro de reserva de estagiários remunerados. A publicação do edital está na edição nº 10.453 do [Diário Oficial](#).

Na Capital, os estudantes universitários poderão atuar nas áreas de Tecnologia da Informação, Financeira, Jornalismo, Marketing e Jurídica. Já para a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, Dourados, apenas para a área Jurídica.

Se o acadêmico não receber uma confirmação do seu e-mail pela Comissão de Seleção, em até 48 horas da data que enviou sua documentação, deverá entrar em contato pelo endereço eletrônico: esap@pge.ms.gov.br comunicando o ocorrido.

Será de inteira responsabilidade do candidato ao cadastro de reserva a verificação do arquivo e das informações enviadas. O 2º Processo de Seleção Simplificada de acadêmicos de cursos superiores para composição de cadastro de reserva do Programa de Estágio Remunerado na modalidade não-obrigatório consistirá em duas etapas, todas de caráter eliminatório e classificatório: análise curricular com histórico escolar e entrevista.

O cadastro de reserva será composto pelos acadêmicos habilitados, em ordem classificatória de acordo com a nota final, cuja listagem será disponibilizada nos seguintes endereços: www.pge.ms.gov.br e www.concursos.ms.gov.br. [Confira os cursos](#) que serão aceitos para a seleção.

Revisão de Decretos

Com 14.410 decretos estaduais em vigor desde a criação de Mato Grosso do Sul, a Consultoria Legislativa, setor ligado à Procuradoria-Geral (PGE), do Governo do Estado, iniciou um trabalho de revogação das normas em desuso ou superadas por outras. O objetivo é simplificar e aprimorar o ambiente normativo, garantindo mais segurança jurídica para isso, foi criada a Comissão Revoga-MS, no final do mês de fevereiro.

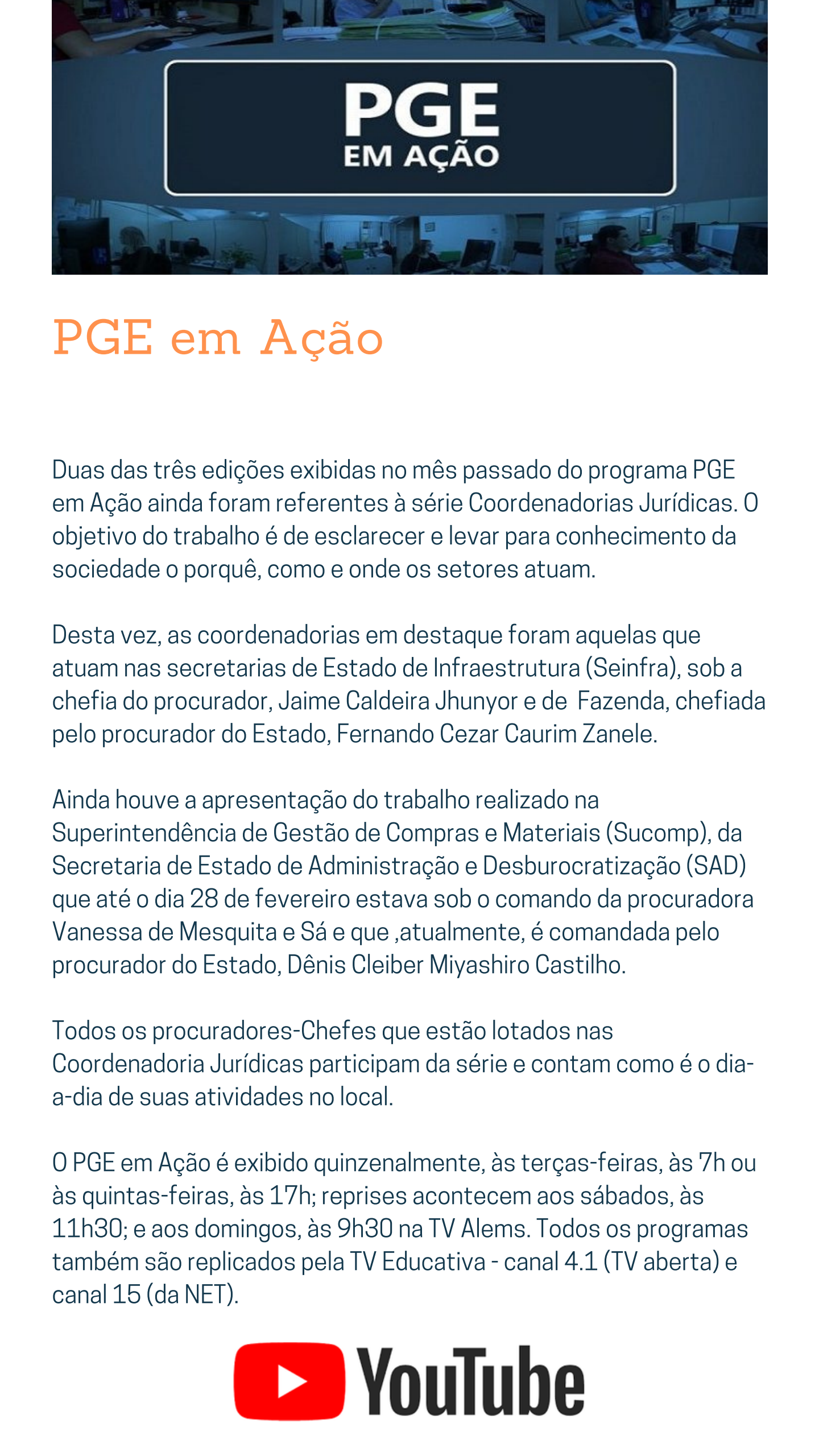


Sob coordenação da consultora legislativa e procuradora do Estado, Ana Carolina Ali Garcia (foto), a equipe com outros quatro servidores está debruçada sobre os documentos para fazer esse trabalho, que vai ser realizado em quatro etapas, cada uma delas avaliando uma década de decretos.

O primeiro período analisado foi de 1979 a 1989, quando foram instituídos 5.347 decretos. Planilhas com as sugestões de mudanças e manutenções relacionadas a estes documentos foram encaminhadas às secretarias estaduais, que tiveram 30 dias para acatar ou sugerir novas alterações.

O trabalho, que segue uma determinação do governador Reinaldo Azambuja, contará ainda com a participação das outras secretarias, que indicarão representantes. Planilhas com informações sobre os decretos serão distribuídas conforme o tema e encaminhadas para análise das respectivas pastas.

Com informações da Subsecretaria de Comunicação (Subcom)



PGE
EM AÇÃO

PGE em Ação

Duas das três edições exibidas no mês passado do programa PGE em Ação ainda foram referentes à série Coordenadorias Jurídicas. O objetivo do trabalho é de esclarecer e levar para conhecimento da sociedade o porquê, como e onde os setores atuam.

Desta vez, as coordenadorias em destaque foram aquelas que atuam nas secretarias de Estado de Infraestrutura (Seinfra), sob a chefia do procurador, Jaime Caldeira Jhunyor e de Fazenda, chefiada pelo procurador do Estado, Fernando Cezar Caurim Zanele.

Ainda houve a apresentação do trabalho realizado na Superintendência de Gestão de Compras e Materiais (Sucomp), da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização (SAD) que até o dia 28 de fevereiro estava sob o comando da procuradora Vanessa de Mesquita e Sá e que ,atualmente, é comandada pelo procurador do Estado, Dênis Cleiber Miyashiro Castilho.

Todos os procuradores-Chefes que estão lotados nas Coordenadoria Jurídicas participam da série e contam como é o dia-a-dia de suas atividades no local.

O PGE em Ação é exibido quinzenalmente, às terças-feiras, às 7h ou às quintas-feiras, às 17h; reprises acontecem aos sábados, às 11h30; e aos domingos, às 9h30 na TV Alems. Todos os programas também são replicados pela TV Educativa - canal 4.1 (TV aberta) e canal 15 (da NET).





Eleição da Corregedoria-Geral

O Conselho Superior da PGE realizou reunião extraordinária para eleição dos corregedores da instituição. Desde o início da pandemia do novo coronavírus os encontros são virtuais.

Foram reeleitos os procuradores do Estado, Carla Cardoso Nunes da Cunha (Geral) e Rômulo Augustus Sugihara Miranda (Adjunto) para o biênio de 1º de abril de 2021 a 31 de março de 2023.

“Resolvi me candidatar à reeleição para dar continuidade ao trabalho que se iniciou há dois anos. Nosso objetivo aqui na Corregedoria é trabalhar de forma proativa, preventiva e colaborativa sem se olvidar da função de fiscalização e repreensão”, afirmou Rômulo Miranda.

Complementando a fala do parceiro de trabalho, a corregedora-Geral, Carla Cardoso, assegurou: “Poder colaborar com a instituição com um trabalho que procura com toda a seriedade e comprometimento buscar um equilíbrio, uma padronização, uma celeridade, ou seja, tudo que leve a PGE a apresentar um resultado de real eficiência e que possa auxiliar para o alcance da missão da Procuradoria, que é a representação do Estado na defesa do interesse público, é muito satisfatório, é uma honra. Recebermos este voto de confiança dos colegas é um aval imensurável”, finalizou lisonjeada com o desafio dos próximos anos.

[Leia mais >>](#)

Edição n.

16

2021

Revista da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

Revista da PGE

A [edição eletrônica nº 16](#) da Revista da PGE foi publicada e traz temas que remetem a debates e reflexões no mundo jurídico. Entre eles, a liberdade do juiz na apreciação das provas; as novidades trazidas pela inserção do Art. 139, inciso IV do Código de Processo Civil; e o papel essencial da advocacia pública no federalismo em tempos de crise.

Nesta edição, foi definido que os assuntos deveriam ter referência com as temáticas ligadas às questões enfrentadas no dia a dia da consultoria e do contencioso das Procuradorias Especializadas, questões controvertidas do direito público e relativas à boa gestão da Administração Pública, especialmente relacionadas ao momento que o Brasil está passando.

Ao todo foram selecionados 11 trabalhos, sendo 6 artigos, dois ensaios e três pareceres para o conteúdo da Revista. Todo material foi enviado para a Escola Superior de Advocacia Pública (Esap), setor integrante da PGE e responsável pelas etapas de seleção de conteúdo para a publicação, junto com a Comissão Editorial – formada por procuradores de diversos setores da instituição.

Leia mais >>



Minutas-padrão

A Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul publicou em duas edições do Diário Oficial no final da segunda quinzena de março resoluções referentes a minutas-padrão.

Os documentos tratam sobre as minutas-padrão de edital de licitação na modalidade pregão eletrônico para:

- aquisição de bens comuns;
- doação de bem imóvel ao Estado;
- aquisição de medicamentos;
- correlatos.

Todos os documentos acompanham termo de referência, ata de registro de preços, contrato, bem como minuta de certidão de utilização.

As resoluções entraram em vigor desde a data de suas publicações.



MINUTAS-PADRÃO



Descanso prolongado

Considerando a sexta-feira Santa, o governador Reinaldo Azambuja declarou ponto facultativo no dia 1º de abril, quinta-feira, véspera da data em que os cristãos relembram o dia em que Jesus Cristo morreu crucificado.

A data se insere no tríduo pascal, em que se realizam as últimas celebrações da Semana Santa. O tríduo pascal tem início na quinta-feira Santa à noite e termina no domingo de Páscoa, em que se comemora a ressurreição de Jesus.

O [decreto do ponto facultativo](#) no Estado vale para os órgãos e as entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo.

A exceção é para as unidades e serviços considerados essenciais que, por sua natureza, não possam ser paralisados ou interrompidos.

Com informações da Subsecretaria de Comunicação (Subcom)

Conselho Superior

Em março foi publicado no [Diário Oficial](#) o edital de eleição para o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (PGE/MS). Os novos conselheiros eleitos exercerão a função no período de 1º de maio de 2021 a 30 de abril de 2023.

O Conselho Superior da PGE é composto pelo gestor da pasta, que também exerce a função de presidente, pelo corregedor-Geral, por cinco procuradores do Estado representantes de cada uma das categorias da carreira e pelo presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Aprems).

Entre as competências do Órgão Superior estão:

- colaborar com o procurador-Geral do Estado no desempenho de suas atribuições;
- sugerir e/ou representar o presidente do Conselho Superior sobre qualquer matéria de interesse da PGE;
- sugerir alterações na estrutura da PGE e nas respectivas atribuições, e a instalação de Procuradorias Especializadas e Regionais;
- deliberar, previamente, sobre a composição da comissão organizadora e da banca examinadora de concurso público de ingresso na carreira de Procurador do Estado;
- deliberar sobre a indicação de procurador do Estado em lista de promoção por merecimento e por antiguidade;
- deliberar sobre medidas propostas pela Corregedoria-Geral, aprovar o regimento interno da mesma, além de conduzir o procedimento de eleição dos gestores do setor;
- elaborar e aprovar o próprio regimento.



Resultados favoráveis

Em março alguns êxitos da PGE foram notícia no site oficial da instituição. Entre elas, a tese reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que fez o Governo do Estado economizar R\$ 78 milhões em precatórios.

No recurso extraordinário, a PGE sustentou que o entendimento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) violaria a Súmula Vinculante 37 do STF e o artigo 37, inciso XIII, da Constituição Federal, pois a equiparação fora concedida, por determinação judicial, para período em que não havia autorização legislativa. Argumentou, ainda, que existem diferenças de atividades e de qualificação entre os cargos equiparados e que haveria um impacto considerável no orçamento dos cofres públicos. **Referência:** [Recurso Extraordinário com Agravo \(ARE\) 1278713](#)

Mais um resultado favorável, foi a defesa da instituição acatada pela 4ª Seção Cível do TJMS que reconheceu, por unanimidade, a incompetência da Federação dos Trabalhadores Em Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (Fetems) para fazer a defesa dos direitos dos sindicalizados no que compete sobre o recebimento de remuneração pelos professor temporário durante o período de afastamento por desincompatibilização para concorrer às eleições municipais de 2020, de modo a não repercutir na esfera eleitoral.

Entre outros pontos, de acordo com a PGE, este assunto se trata de matéria que afeta o Direito Administrativo, cuja análise é de competência da Justiça Estadual. Além de que, pontuou como exemplos de decisões anteriores referentes ao mesmo assunto tomadas pelo entendimento do STF. **Referência:** Mandado de Segurança Coletivo - Nº 1410256-12.2020.8.12.0000

Outra conquista refere-se à decisão judicial proferida pelo TJMS que possibilitou ao Governo do Estado distribuir 200 camas e colchões para hospitais de diversas regiões do Estado. Esses equipamentos serão utilizados na montagem de leitos clínicos (de enfermaria), principalmente em substituição a estruturas antigas ou deterioradas.

A Secretaria de Estado de Saúde (SES) já recebeu dezenas de pedidos e fará a distribuição de acordo com a avaliação das estruturas hospitalares existentes e a serem melhoradas. Uma parte deverá ser destinada para o Hospital Regional de Mato Grosso do Sul (HRMS) . **Referência:** Embargos de declaração no mandado de segurança - Nº 1406862-94.2020.8.12.0000/50001



Conteúdo novo

Como está a saúde mental das pessoas com a descoberta de uma pandemia? Que consequências isso terá? Como cada um está lidando com as situações adversas? Descobrimos que não temos o controle?

Estas e tantas outras reflexões foram levantadas no webinar “Ano novo: Vida nova?” realizado pela Escola Superior da Advocacia Pública (Esap), com a psicóloga e especialista em Gestão Estratégica Empresarial e de RH, Sara Mendonça Prudente Casado.

O evento foi um dos últimos oferecidos pela Esap e já está disponível no [canal de vídeos da PGE](#). Caso você tenha perdido, esta é uma oportunidade para também refletir e adquirir novos conhecimentos sobre o assunto.

Em sua palestra, Sara Casado exibiu dicas de como se comportar em *home-office*, falou sobre alguns sinais para as pessoas perceberem se estão precisando de ajuda ou não, entre outros tópicos.



ESAP

Mato Grosso do Sul

Escola Superior da Advocacia Pública





Mês das mulheres

As comemorações alusivas ao Dia Internacional da Mulher este ano homenagearam algumas servidoras da instituição. A equipe do Governo de Mato Grosso do Sul, por meio do canal [Servidores do Estado](#), contou um pouquinho da história de mulheres que fazem a diferença na rotina do serviço público e mostram a força que têm.

Entre elas, a servidora da PGE, Margareth de Miranda Viduani (foto), uma referência em um cenário de milhares de mulheres lutadoras e multifacetadas que contribuem com conhecimento, competência e alegria para o bom desenvolvimento da máquina pública. Ela já atua há 13 anos na PGE contribuindo para a história de crescimento de Mato Grosso do Sul.

[Leia mais >>](#)



A Procuradoria-Geral do Estado que possui um quadro de 200 mulheres, de um total de 341 integrantes da pasta, também comemorou a data com histórias de outras servidoras que trabalham na instituição.

As protagonistas em destaque foram: Jaqueline Campos Pereira, chefe da Unidade de Apoio da Procuradoria de Cálculos e Dívida Ativa (PCDA); Eunice Gonçalves Barbosa, assistente administrativo que executa seu trabalho no setor de Protocolo; além das assessoras de procurador, lotadas na Procuradoria Pessoal (PP), Ingrid Luize Bonadiman Arakaki e Cassyana Fontoura Rocha.

Por meio delas, a PGE reverenciou e agradeceu a cada mulher forte, determinada e guerreira que representa e contribui para o sucesso da pasta.



A procuradora-Geral do Estado, Fabíola Marquetti, agradeceu pelo empenho, dedicação e parceria de cada uma e relembrou da importância da união de todas para dias melhores. “Juntas somos mais fortes. Parabéns mulheres sensíveis, lutadoras, protetoras, enfim, parabéns a todas as mulheres com as qualidades que possuem e que coexistem, não porque são complexas, mas porque Deus nos criou completas para que conforme a situação da vida tenhamos as ferramentas certas para a construção da solução”, concluiu.

[Leia mais >>](#)



Aniversariantes do mês de Abril

- 1 ANELISE MORAIS WALDOW
- 6 SIMONE COSME DANTAS
- 6 VALDECI FERREIRA VIANA
- 8 CAMILA RODRIGUES GARCIA
- 14 FERNANDA CORREA MEYER FIGUEREDO
- 17 CAROLINE ALVES FLEURY BERTAGNI
- 18 STHEFANIE OLIVEIRA DE ALMEIDA
- 20 KAROLYNE DAIANE AYALA ORREGO
- 21 OSLEI BEGA JÚNIOR
- 25 ANDRESSA RODRIGUES DE SOUZA
- 26 WILSON MAINGUE NETO
- 28 RENATO YUJI DE CAMARGO MURAKAMI

• FELIZ •
Aniversário



A PGE/MS agradece este tempo dedicado a sua interação com nossa instituição.

Acesse mais conteúdos atualizados em nosso website institucional: www.pge.ms.gov.br

Para colaborar com sugestões, críticas ou elogios envie-nos e-mail para:
comunicacao.pgems@gmail.com

Texto, Edição e Diagramação:

CIGE

Coordenadoria de Inteligência e Gestão Estratégica

UCom

Unidade de Comunicação